

Portanto, é necessário que conceitos como os de desenvolvimento e crescimento econômico sejam redefinidos, para que as metas da sociedade também possam ser modificadas.

Nada garante que incrementos de renda per capita a partir de determinado ponto, aumentem a qualidade de vida. Diversos estudos realizados nos EUA demonstraram que o crescimento da renda não foi acompanhado pelo aumento de felicidade das pessoas. Richard Easterlin, ao analisar estas pesquisas, constata que a satisfação obtida por cada indivíduo é relativa a das outras pessoas; no curto prazo ela se dá na medida em que se sobe na escala de renda, mas no longo prazo a proporção de pessoas que se declaram felizes permanece constante. Tibor Scitovsky, a partir da teoria psicológica contemporânea, demonstrou que o nível de satisfação não depende - ou pelo menos não só - do nível de renda, mas de sua taxa de crescimento. Conclui que deveríamos crescer mais rapidamente para estar mais contentes, e continuar crescendo para manter o mesmo nível de satisfação. Um estudo de Daly & Cobb, do período 1950-86, comprova tal conclusão ao revelar que os americanos têm estado trabalhando duas vezes mais, apenas para manter o mesmo nível de bem-estar per capita, atingido vinte anos antes.

Embora, se considerarmos a imensa massa da população mundial que detém baixíssimos níveis de renda, certamente um acréscimo de renda provocaria um significativo efeito positivo no nível de satisfação. O que não exclui o questionamento da real necessidade de crescer dos países desenvolvidos, uma vez que já atingiram altos níveis de renda. O crescimento deveria ser evitado na medida que significa a saturação de cada vez mais necessidades triviais, enquanto simultaneamente se criam sérios problemas ambientais.

Sendo assim, se faz necessário orientar o crescimento de forma a compatibilizá-lo com um progresso verdadeiramente humano.

O fato é que, frente ao contexto social, as visões mais pessimistas sobre compatibilizar desenvolvimento econômico com preservação ambiental (destacando-se os limites físicos ao crescimento) foram sendo superadas pelas que defendem a conciliação possível entre crescimento

econômico, justiça social e prudência ecológica, sintetizadas pelo conceito de desenvolvimento sustentável.

A consciência ecológica vem ganhando espaço no dia a dia das pessoas, conquistando um lugar de destaque como índice de qualidade de vida. O questionamento da preservação do meio ambiente, inicialmente restrito aos países desenvolvidos, incorporou crescentemente a problemática ambiental dos países em desenvolvimento, culminando com o reconhecimento mútuo da necessidade de um esforço conjunto, de ações integradas entre todos os países, para a construção de um modelo de desenvolvimento sustentável ■

O Clube de Roma também passaria a ser conhecido, após relatórios posteriores ainda mais sombrios, como o "Clube do Juízo Final". Deve-se ter em mente que além do crescimento populacional que pressiona o meio ambiente, o significativo aumento da expectativa de vida agrava o problema. Isto não se observa apenas no Terceiro Mundo, a União Européia que sempre se apoiou no crescimento econômico como forma de atingir o pleno emprego, tem justamente experimentado crescimento sem empregos. Furtado tem uma visão bastante pessimista, embora fundamentada, da possibilidade dos países do terceiro mundo superarem o subdesenvolvimento: "Um incremento na taxa de crescimento tende a agravar a tanto dependência externa quanto a exploração interna. Deste modo, altas taxas de crescimento, longe de reduzir o subdesenvolvimento tendem a agravá-lo, na medida em que tendem a aumentar as desigualdades sociais." (FURTADO, 1974)

*RICARDO ARRIVEDO SILVA é Mestrando da Curso de Desenvolvimento Econômico, Espaço Meio Ambiente, na UNICAMP.

DESENVOLVIM

* DANIELLE CONCEIÇÃO CRUZ BERGER

** JÁIRA MARIA ALCANTARA GOMES

I. INTRODUÇÃO

Picos, município do Estado do Piauí, faz parte da Mesorregião do Sudeste Piauiense e da Microregião Geográfica de Picos. Localiza-se no semi-árido piauiense, na Bacia Hidrográfica do rio Guaribas.

O estudo "Desenvolvimento Humano, Renda e Pobreza no município de Picos (PI)" tem como objetivo geral analisar o grau de desenvolvimento humano e suas relações com a renda e pobreza.

Os objetivos são:

1 - Analisar o grau de desenvolvimento humano do município, através de suas dimensões longevidade, educação e renda;

2 - Interpretar o nível de condições de vida em Picos, a partir de seus indicadores longevidade, educação, renda, infância e habitação;

3 - Conhecer a desigualdade da distribuição da renda e a pobreza no município, identificando os fatores sócio-econômicos que as influenciam.

Os métodos estatísticos utilizados são o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH-M), o Índice de Condições de Vida (ICV), a medida de desigualdade "I" de Theil e a medida de pobreza, porcentagem de pessoas com renda insuficientes (Pi).

A metodologia do Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH-M) foi desenvolvida por um grupo de pesquisadores da Fundação João Pinheiro (FJP) e do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), para um estudo pioneiro sobre o desenvolvimento humano nos municípios mineiros, realizado em 1996, baseado na metodologia do Índice de Desenvolvimento Humano da Organização das Nações Unidas (ONU).

O IDH-M combina três componentes básicos do desenvolvimento humano:

1 - A longevidade, que reflete as condições de saúde da população; medida pela esperança de vida ao nascer.

2 - A educação, medida pela taxa de analfabetismo na população de 15 anos e mais e pelo número médio de anos de estudo da população adulta (25 anos ou mais).

3 - A renda, medida pelo poder de

ENTO HUMANO, RENDA E POBREZA NO MUNICÍPIO DE PICOS (PI)

compra da população, baseado na renda familiar per capita média ajustada.

O cálculo do IDH-M envolve a transformação das três dimensões por ele contempladas (longevidade, educação e renda) em índices que variam entre 0 (pior) e 1 (melhor); e a combinação desses índices em um indicador sintético. Quanto mais próximo de 1 o valor deste indicador, maior será o nível de desenvolvimento humano do município ou região.

Para classificar os municípios e as regiões em três grandes categorias, foram estabelecidas as seguintes faixas, conforme metodologia da ONU (Organização das Nações Unidas):

- $0 < \text{IDH-M} < 0,5$
Baixo Desenvolvimento Humano
- $0,5 \leq \text{IDH-M} < 0,8$
Médio Desenvolvimento Humano
- $0,8 \leq \text{IDH-M} \leq 1$
Alto Desenvolvimento Humano

O Índice de Condições de Vida (ICV) é uma extensão do Índice Municipal de Desenvolvimento Humano (IDH-M), que abrange, além das dimensões longevidade, educação e renda, outros indicadores destinados a avaliar as dimensões infância e habitação. Além de incorporar essas duas novas dimensões, ela acrescenta várias outras variáveis, destinadas a captar outros aspectos das dimensões longevidade, educação e renda, que estavam presentes no IDH-M. O ICV resulta, então, da combinação de cinco dimensões:

1 - A longevidade, medida pela combinação da esperança de vida ao nascer e da taxa de mortalidade infantil;

2 - A educação, medida pela combinação da taxa de analfabetismo da população de 15 anos e mais, do número médio de anos de estudo da população de 25 anos e mais, da porcentagem da população com menos de 4 anos de estudo, da porcentagem da população com menos de 8 anos de estudo e da porcentagem da população com mais de 11 anos de estudo;

3 - A renda, medida pela combina-

ção da renda familiar per capita média ajustada (RFPC), do grau de desigualdade e do grau de desigualdade na população com renda insuficiente;

4 - A infância, medida pela combinação da porcentagem de crianças que não frequentam a escola, da defasagem escolar média, da porcentagem de crianças com mais de um ano de atraso escolar e da porcentagem de crianças que trabalham;

5 - A habitação, medida pela combinação da porcentagem da população que vive em domicílios com densidade superior a duas pessoas por dormitório, da porcentagem da população que vive em domicílios duráveis, da porcentagem da população urbana que vive em domicílios com condições adequadas de abastecimento de água e da porcentagem urbana que vive em domicílios com instalações adequadas de esgoto.

A metodologia de cálculo do ICV envolve a transformação das cinco dimensões por ele contempladas (longevidade, educação, renda, infância e habitação) em índices que variam entre 0 (pior) e 1 (melhor), e a combinação destes índices em um indicador sintético. Quanto mais próximo de 1 o valor deste indicador, melhor será a qualidade de vida do município ou região.

A classificação dos municípios e das regiões nas categorias, baixa, média e alta condição de vida seguem as mesmas faixas estabelecidas pela ONU e citadas anteriormente.

A medida de desigualdade "I" de Theil indica que para uma distribuição totalmente igualitária, I é igual a zero e quanto maior a desigualdade, maior o seu valor. Como baseia-se no logaritmo das rendas, este índice não pode ser calculado se qualquer renda for nula. Por essa razão, o cálculo do Theil-I implica a exclusão dos indivíduos com renda zero.

A medida que a pobreza utilizada é a porcentagem de pessoas com renda insuficiente (Pi), que representa a proporção de pessoas de que se encontram com renda per capita inferior a 50%

do salário mínimo (de 1º de setembro de 1991).

Essa pesquisa possibilita o conhecimento das deficiências do município, podendo subsidiar estratégias e políticas públicas que visem novos padrões de desenvolvimento sustentável, promovendo a diminuição da pobreza e das desigualdades.

Analisam-se os índices IDH-M, ICV e grau de desigualdade e a pobreza absoluta calculadas pelo PNUD/IPEA/FJP/IBGE (1998) no atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil para os anos de 1970, 1980 e 1991, visto que a base de cálculo dessas medidas são as informações censitárias. Complementa-se as informações através do Censo Demográfico de 1991 e Censo Agropecuario 1995-1996.

2. O GRAU DE DESENVOLVIMENTO HUMANO NO MUNICÍPIO DE PICOS

O censo demográfico de 1991 registrou para o município de Picos uma população total de 78.409 habitantes, que correspondem a 3,04% da população total do Piauí e a 46,00% da população total da microrregião geográfica de Picos. O território do município é de 1.870,30 quilômetros quadrado.

A maior parte da população reside na zona urbana (58,12% da população total), o que também observa-se para o Brasil (75,95%), a região Nordeste (60,65%) e o estado do Piauí (52,95%).

O município de Picos possui baixo grau de desenvolvimento humano (0,493), em 1991, mas seu índice é maior que o da microrregião geográfica de Picos (0,438) e que o do estado do Piauí (0,468). O IDH-M do município era de 0,253 em 1970 e de 0,368 em 1980, portanto, houve um crescimento de 94,4% entre 1970 e 1991.

Considerando os 118 municípios do estado do Piauí em 1991, Picos ocupa a 7ª posição. Os municípios de Teresina (0,688), Floriano (0,565) e Guadalupe (0,507) possuem índice de desenvolvimento humano municipal maior que o de Picos.

O baixo grau de desenvolvimento humano do município deve-se às condições educacionais e à renda. A taxa de analfabetismo é de 38,4% e a renda familiar per capita média é de 0,6 salários mínimos (setembro de 1991).

O índice de condições de vida em Picos que era de 0,348 em 1970, passa a 0,461 em 1980 e chega a 0,579 em 1991. Um crescimento de 66,4% no período considerado.

Verifica-se que o município atinge médio nível de condições de vida em 1991, e seu ICV não é melhor devido, principalmente, a alta taxa de analfabetismo (38,4%) e o baixo número médio de anos de estudo (3,2 anos).

ressalta-se que o município possui elevada desigualdade de distribuição de renda ($L=0,62$), o que também verifica-se na Microrregião de Picos ($L=0,62$) e no Estado do Piauí ($L=0,76$). Além disso, há em Picos uma alta proporção de pobres (69,23%). Na Microrregião essa proporção é de 78,37% e no Piauí é de 78,14%.

A elevada desigualdade pode ser explicada pelo baixo número médio de anos de estudo (3,2 anos) e pela porcentagem de pessoas que trabalham por conta própria (36%).

A alta proporção de pobres é influenciada pela baixa escolaridade, pela porcentagem do pessoal ocupado no setor de serviços (51,61%), que engloba as pessoas que trabalham no setor informal onde não existem os mecanismos de proteção social (carteira assinada, 13º salário). Destaca-se que o valor da produção agropecuária destinado ao auto-consumo é de aproximadamente 30%, segundo Censo Agropecuário 1995-1996.

Recomenda-se que as políticas públicas passem, prioritariamente, pelo incentivo à educação, como forma de garantir um melhor grau de desenvolvimento humano ao município.

*DANIELLE CANCINA CRENENBERGER é economista e bolsista EP do TROPEN/UFPI/ CNPq

**JARA MARIA ANTUNES GOMES é Prof. Adjunta do Departamento de Economia UFPI, Pesquisadora do TROPEN/UFPI e Doutora em Economia Aplicada ESALQ/ USP

A UFPI E O

*WASHINGTON LUIS DE SOUSA BONFIM

A teoria econômica recente tem enfatizado a idéia de que os novos fatores locacionais para o desenvolvimento não mais se ligam à terra, abundância de mão-de-obra e de recursos naturais, chamados tradicionais e com peso cada vez menor em relação aos não-tradicionais, compostos por fatores como a qualificação da mão-de-obra, recursos tecnológicos, vida cultural, existência de centros de pesquisa e desenvolvimento e disponibilidade de serviços altamente especializados.

No Piauí, quando se fala em desenvolvimento, no geral os debates remetem às nossas potencialidades naturais, em especial na discussão sobre os cerrados. O que gostaria de sugerir então, é a necessidade de mudança de enfoque na discussão, conferindo privilégio à busca de alternativas concretas para o Estado, sobretudo no que diz respeito às perspectivas de inserção de nossa economia em um ciclo virtuoso de crescimento econômico.

O ponto fundamental diz respeito às possibilidades que a UFPI poderia oferecer em termos de conhecimento e pesquisas sobre o Piauí, em registro que permitisse a formação de recursos humanos especializados e preocupados com as temáticas da governança, do planejamento, da gestão empresarial e da cultura, em chave interpretativa voltada ao objetivo de constituir um programa de pesquisas fortemente engajado com o compromisso de servir de ponto de apoio ao desenvolvimento estadual.

É mister então, anotar duas questões importantes. Por um lado, apesar de se aproximar de seus trinta anos de existência, a Universidade Federal ainda não conseguiu consolidar-se como uma instituição de tradição em pesquisa acadêmica. Muito longe disto, a limitação do número de cursos de pós-graduação *stricto sensu*, todos eles de mestrado, o baixo índice de titulação de seu corpo docente

e a dedicação quase exclusiva ao ensino de graduação e as pós-graduações *lato sensu* revelam o perfil de uma instituição que tem muito ainda a caminhar na direção de criar conhecimento, formar recursos humanos de alta qualificação e, sobretudo, oferecer condições para que se desenvolvam novas tecnologias e processos que nos auxiliem na recuperação do Estado.

"... apesar de se aproximar de seus trinta anos de existência, a Universidade Federal ainda não conseguiu consolidar-se como uma instituição de tradição em pesquisa acadêmica."

Outra questão importante é relativa ao estágio atual em que a UFPI se encontra. De um lado, pressionada pelo ambiente hostil da política econômica e educacional do Governo Federal. Por outro, vítima dos erros e omissões característicos de um organismo público que conviveu durante longo período com administrações que, a despeito de a terem estruturado, legaram-na em um ambiente institucional perverso, originário de práticas clientelistas, um certo nepotismo e, acima de tudo, compromisso quase nulo com excelência acadêmica e científica, salvo dignas e honrosas exceções, que convivem diuturnamente com as barreiras e bloqueios típicos de uma política provinciana, que se utiliza de indicadores não acadêmicos para mensurar suas administrações, em geral miopes do ponto de vista da busca de oportunidades de desenvolvimento institucional e profundamente limitadas quando se trata de avançar oportu-